



SOLDADO SAQUEADOR¹ DA ORDEM DO INTELLECTO E DA CORRUPÇÃO DA LEITURA

 SOUSA, Plínio².

RESUMO: O artigo investiga a ordem própria da vida intelectual, tomando como problema central a desordem do intelecto e seus efeitos sobre a leitura, a interpretação e a aquisição do conhecimento. Sustenta-se que o verdadeiro labor intelectual exige não apenas esforço, mas também método, ordem e reta razão, mediante os quais a multiplicidade dos conteúdos é conduzida à unidade inteligível. A partir de uma estrutura quádrupla aplicada analogicamente à Teologia e à Filosofia, distinguem-se os níveis da religião, Teologia, doutrina e dogma, de um lado, e da atitude filosófica, doutrina, sistema e primeiros princípios da razão, de outro. Examina-se, em seguida, a leitura como ato intelectual e formativo, ressaltando a necessidade de humildade, disciplina, filologia e assimilação efetiva do conteúdo. Nesse contexto, apresenta-se a figura do “soldado saqueador” como imagem do leitor que recolhe proposições isoladas de obras alheias sem respeitar sua unidade orgânica, apropriando-se exteriormente de conteúdos que não foram interiormente assimilados. Critica-se, assim, a interpretação fragmentária, a projeção subjetiva e a erudição meramente aparente, distinguindo-se a posse formal de informações da verdadeira intelecção. Por fim, argumenta-se que a formação intelectual autêntica requer a conversão progressiva do intelecto à ordem da verdade, de modo que o conhecimento recebido seja efetivamente integrado à estrutura interior do sujeito e se converta em sabedoria, evitando a corrupção hermenêutica e a mera reprodução exterior de fórmulas intelectuais.

Palavras-chave: Filosofia; Teologia; Intelecto; Leitura; Hermenêutica; Filologia; Intelecção; Verdade.

ABSTRACT: *This article investigates the proper order of intellectual life, taking as its central problem the disorder of the intellect and its effects upon reading, interpretation, and the acquisition of knowledge. It argues that genuine intellectual labor requires not only effort, but also method, order, and right reason, through which the multiplicity of contents is directed toward intelligible unity. Drawing upon a fourfold structure applied analogically to Theology and Philosophy, the study distinguishes the levels of religion, Theology, doctrine, and dogma, on the one hand, and philosophical attitude, doctrine, system, and the first principles of reason, on the other. It then examines reading as an intellectual and formative act, emphasizing the necessity of humility, discipline, philology, and the effective assimilation of content. Within this framework, the figure of the “plundering soldier” is presented as an image of the reader who extracts isolated propositions from the works of others without respecting their organic unity, thereby appropriating externally contents that have not been internally assimilated. The article thus critiques fragmentary interpretation, subjective projection, and merely apparent erudition, distinguishing the formal possession of information from genuine intellection. Finally, it argues that authentic intellectual formation requires the progressive conversion of the intellect to the order of truth, so that received knowledge may be effectively integrated into the interior structure of the knower and become wisdom, thereby avoiding hermeneutical corruption and the mere external reproduction of intellectual formulas.*

Keywords: *Philosophy; Theology; Intellect; Reading; Hermeneutics; Philology; Intellection; Truth.*

¹ DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.22172425> — Para manter a uniformidade formal e a organização do texto, adotou-se, ao longo deste artigo, o padrão de parágrafos com extensão aproximada de cinco a quinze linhas. Exceções poderão ocorrer quando a natureza do argumento, a citação de fontes ou a estrutura lógica da exposição assim o exigirem.

² Fundador, Reitor e Docente do Instituto Reformado Santo Evangelho (IRSE), Fundador e Diretor-Geral da Editora Reformada Santo Evangelho (ERSE) e Fundador e Diretor de Jornalismo do Jornal Vetera (JV), onde também atua como Jornalista (DRT 0013576/DF). É Bacharel, Mestre e Doutor em Teologia, Licenciado em Pedagogia, além de possuir pós-graduações em Teologia, Docência do Ensino Superior, Gestão de Organizações Educacionais, Ciências da Religião, Didática e Metodologia para o Ensino de Língua Portuguesa e Direito Constitucional. Atualmente, cursa Licenciatura em Letras (Português e Inglês), especializações em Filosofia e Teologia Sistemática, bem como estudos de Língua Latina. Dedica-se ao ensino, à pesquisa e à produção intelectual nas áreas de Educação Clássica, Filosofia e Teologia. E-mail: reitoria@irse.com.br

1. INTRODUÇÃO

O principal entrave à conquista do saber não reside na ausência de inteligibilidade do real — entendido em sua amplitude, enquanto ordem das coisas físicas³, estrutura da leitura⁴ e disciplina do pensamento filosófico, bem como na sua dimensão de consciência metafísica⁵ —, mas na desordem do intelecto em detrimento da reta razão⁶: — “a precipitação anárquica que dispersa a atenção, fragmenta o nexos das verdades e subordina a busca da ordem universal ao capricho subjetivo do leitor–intérprete”.

Com efeito, em toda atividade intelectual requerem-se dois princípios correlatos: — o labor e a razão desse labor, isto é, o modo e a ordem que o dirigem. Onde o primeiro subsiste sem o segundo, há dispêndio de forças sem progresso real; o intelecto se move, mas não avança e, como que açoitando o ar, dissipa-se na multiplicidade sem jamais atingir a unidade do verdadeiro conhecimento. Toda Teologia, considerada em sua estrutura interna e formal, deve ser compreendida como um organismo quádruplo de ordenação⁷, no qual se articulam hierarquicamente e em mútua implicação a religião, a Teologia propriamente dita, a doutrina⁸ e o dogma⁹.

A religião designa, em primeiro lugar, o exercício vital da fé vivida, enquanto disposição integral do homem diante de Deus, abrangendo a totalidade de sua existência prática e devocional. A Teologia, em sentido estrito, corresponde ao movimento intelectual pelo qual tal vida é elevada à ordem da inteligibilidade, mediante a investigação racional e ordenada do conteúdo revelado. A

³ Expressão que designa o conjunto dos “Entes” (aquilo que é; qualquer realidade enquanto dotada de Ser, seja substancial, accidental ou relacional) materiais submetidos ao movimento, à mudança e às condições da natureza sensível. No sentido filosófico clássico, refere-se ao domínio da “physis” (φύσις), isto é, da realidade natural enquanto composta de matéria e forma, sujeita às leis do “devir” (o modo de Ser em mudança; o processo pelo qual algo passa de potência a ato, isto é, de uma condição possível a uma condição atual na ordem do Ser), da causalidade e da corruptibilidade. Trata-se, portanto, da ordem dos seres que podem ser percebidos pelos sentidos e analisados pela razão em sua constituição natural e dinâmica.

⁴ Ato intelectual de apreensão de sentido em um texto (letra, sentido, sentença e alegoria), que pode variar desde a recepção meramente informativa até a integração formativa do conteúdo no hábito intelectual do leitor.

⁵ Entende-se como o nível reflexivo do intelecto pelo qual o sujeito apreende não apenas os “Entes” particulares, mas as condições mais universais do “Ser enquanto Ser” (Ser é o ato mesmo de existir; o princípio primeiro e mais universal pelo qual algo é e se apresenta na ordem da realidade), isto é, os princípios, causas e estruturas últimas da realidade. Trata-se de uma forma elevada de autoconsciência racional, na qual o pensamento se volta para os fundamentos do próprio inteligível, indagando sobre a ordem do Ser, da verdade e da inteligibilidade em si, para além da experiência imediata.

⁶ Faculdade racional considerada em seu exercício ordenado segundo princípios de coerência, não contradição e adequação ao real, em oposição à dispersão subjetiva do pensamento.

⁷ Princípio segundo o qual as partes de um sistema intelectual se dispõem segundo relação de prioridade, dependência e finalidade, evitando dispersão e garantindo unidade formal do pensamento.

⁸ “Doutrina” corresponde ao grego “διδασκαλία” (didaskalia), termo derivado de “διδάσκω” (didaskō), “ensinar”. Indica, portanto, o conteúdo do ensino, isto é, aquilo que é transmitido como instrução ordenada da verdade.

⁹ “Dogma” provém do grego “δόγμα” (dógma), significando decreto, decisão ou determinação normativa. No contexto bíblico, designa aquilo que é estabelecido como sentença autoritativa, com força vinculante para a comunidade.

doutrina, por sua vez, constitui a formalização sistemática e didaticamente comunicável dessas verdades, sob a forma de proposições articuladas, definidas e organicamente relacionadas. O dogma, enfim, representa o núcleo estável, normativo e vinculante da verdade eclesial, no qual se fixa, sob autoridade, aquilo que deve ser recebido como expressão determinante da fé.

Nesta perspectiva, toda Teologia é, propriamente dita, a busca da unidade doutrinária do conhecimento divino na unidade de uma consciência pacificada e santificada¹⁰, sendo tal unidade o resultado da integração ordenada desses quatro níveis segundo relação de fundação e dependência recíproca. Reciprocamente, toda consciência pacificada e santificada pressupõe ter sido conduzida por este itinerário formativo, no qual a vida religiosa é purificada em sua intenção, a inteligência¹¹ teológica é esclarecida em sua forma, a doutrina é estabilizada em sua estrutura e o dogma é reconhecido como princípio de permanência e garantia da verdade.

Trata-se, pois, de uma unidade que não se reduz ao plano meramente lógico-formal, mas que se constitui, simultaneamente, como realidade espiritual e moral, na qual o conteúdo revelado e a disposição subjetiva do cognoscente¹² se correspondem segundo uma ordenação intrínseca. Por conseguinte, para aquele que assim concebe a natureza da Teologia, tal exigência não se apresenta como elemento adventício, mas como estrutura constitutiva do próprio ato teológico, impondo-se com rigor tanto mais necessário quanto mais se afirma a pretensão de unidade entre verdade conhecida, inteligida¹³ e vivida.

À guisa de transição formal e de conexão estrutural com o que precede, cumpre notar que a mesma “arquitetura quádrupla¹⁴”, pela qual se compreendeu a Teologia em sua unidade interna, pode ser igualmente reconhecida no âmbito da Filosofia, sob proposição análoga (*mutatis mutandis*, isto é, feitas as devidas adaptações), segundo o seu objeto próprio. A Filosofia, considerada igualmente nesta compreensão quádrupla, deve ser entendida como uma ordem interna na qual se articulam, em

¹⁰ Estado da consciência em que o sujeito se encontra ordenado interiormente segundo a verdade que professa, havendo correspondência entre inteligência, juízo e disposição moral.

¹¹ Ato pelo qual o intelecto apreende a forma inteligível de um objeto; não se reduz à recepção passiva de dados, mas implica juízo, compreensão e integração do conhecido na unidade do sujeito cognoscente.

¹² Aquele que conhece; isto é, o sujeito do ato cognoscitivo. Designa o intelecto ou a pessoa considerada enquanto princípio ativo da inteligência, isto é, enquanto potência que atualiza a forma do conhecido em ato de compreensão. Opõe-se ao cognoscível, entendido como aquilo que possui em si a possibilidade de ser conhecido, enquanto objeto da apreensão intelectual. Trata-se, portanto, da instância subjetiva pela qual o inteligível se torna efetivamente presente na ordem do pensamento, mediante ato formal de conhecimento.

¹³ Participípio de “inteligir”, termo de uso filosófico que significa “apreender intelectualmente”, “compreender pela razão”. Assim, “inteligida” designa aquilo que foi efetivamente compreendido pelo intelecto, isto é, tornado presente à inteligência como objeto de inteligência.

¹⁴ Modelo de organização conceitual em quatro níveis hierarquicamente articulados, nos quais cada nível depende do anterior e o pressupõe, formando um sistema orgânico de compreensão de um domínio (no caso, “Religião–Teologia–Doutrina–Dogma” ou “Atitude–Doutrina–Sistema–Princípios”).

hierarquia orgânica e implicação recíproca, a atitude filosófica, a doutrina filosófica, o sistema¹⁵ filosófico e os primeiros princípios da razão. Tal como na Teologia a vida religiosa se ordena à intelecção teológica, à doutrina e ao núcleo dogmático, também aqui o exercício originário do intelecto se desdobra em níveis sucessivos de formalização e estabilidade.

A atitude filosófica corresponde ao movimento inicial da inteligência em abertura ao real, isto é, à disposição investigativa diante do ser e de suas causas. A doutrina filosófica consiste na fixação conceitual desse movimento em proposições determinadas, mediante definições categoriais e distinções fundamentais. O sistema filosófico, por sua vez, representa a unidade de coordenação dessas doutrinas sob princípios de coerência e não contradição, conferindo-lhes estrutura orgânica. Os primeiros princípios da razão constituem, enfim, o fundamento irreduzível de toda intelecção, condição de possibilidade de qualquer discurso racional.

Deste modo, a Filosofia é, propriamente, a busca da unidade inteligível do real na unidade de um intelecto ordenado segundo a verdade do ser, assim como a Teologia é a busca da unidade doutrinária do conhecimento divino na unidade de uma consciência pacificada e santificada. Segundo Díndimo, trata-se da “dedicação de buscar a sabedoria e a diligente investigação da verdade¹⁶”. Em ambos os casos, conserva-se uma estrutura formalmente análoga, ainda que materialmente distinta, na qual níveis vitais, doutrinários, sistemáticos e principiais se implicam segundo ordem de fundação e dependência recíproca.

Reciprocamente, tanto a Teologia quanto a Filosofia pressupõem não apenas um exercício intelectual isolado, mas uma conformação progressiva do sujeito à ordem da verdade que busca: — “na primeira, mediante a unidade entre revelação e vida santificada; na segunda, mediante a unidade entre realidade inteligível e intelecto ordenado”. Donde se segue que a desordem do intelecto não procede apenas de deficiência de capacidade, mas principalmente de imprudência, isto é, da negligência quanto ao modo e à ordem do estudo. Pois, assim como aquele que percorre caminhos tortuosos se afasta do termo pretendido, também o leitor que não observa a devida ordenação na leitura se aparta da unidade do conhecimento, ainda que multiplique seus esforços.

Nessa perspectiva, a leitura assemelha-se a um organismo vivo que persevera na unidade do seu ser, resistindo tanto às pressões externas — sejam culturais, filosóficas ou ideológicas — quanto às tensões internas — paixões desordenadas, vaidade intelectual, impaciência especulativa — que

¹⁵ Unidade orgânica de proposições ou conceitos articulados segundo princípios internos de coerência e fundamentação, de modo que cada parte depende das demais para sua inteligibilidade plena [ao quanto algo pode ser compreendido plenamente].

¹⁶ Hugo de São Vítor. *Epítome de Filosofia*, Edição Bilingue Latim-Português — CEDET, tradução Rafael Formolo, Kíron, São Paulo, 2025, p. 19.

continuamente ameaçam dissolvê-la, seja em um agregado de proposições desconexas, seja em instrumento utilitário a serviço de ambições pessoais, isto é, do intellecto humano, uma vez deformado por interesses lucrativos, paixões e utilidades práticas, passando a subordinar a verdade a si mesmo, quando deveria, ao contrário, subordinar-se à verdade. Sua unidade não é um atributo extrínseco, mas a própria leitura em ato, isto é, enquanto intelecção viva — quer considerada como sistema coerente em seu ápice formal, quer como percurso histórico—existencial marcado por esforços, limites e aparentes contradições pertencentes ao próprio agente cognoscente.

O sistema encontra os limites inerentes a toda formulação finita; a história interior, por sua vez, permanece envolta em obscuridades interpretativas, próprias da condição humana decaída e progressivamente restaurada. Sem essa chave, nenhuma leitura pode ser devidamente compreendida. Interpretar exige que o leitor acompanhe, em si mesmo e com disposição humilde, o progresso dessa compreensão, formando uma intelecção própria — sempre parcial, sempre em via. Contudo, acrescenta-se aqui um elemento decisivo e propriamente aquilo que pertence à leitura:

“A ‘leitura consagrada¹⁷’ não depende apenas do exercício discursivo da razão, mas da iluminação divina, a qual Deus concede soberanamente aos eleitos, isto é, àqueles que são feitos filhos por adoção. Tal iluminação manifesta-se ordinariamente na humildade, na docilidade e na disposição servil diante da verdade revelada. Se é certo que todo eleito é filho, não é menos certo que o filho pode incorrer em soberba; e, onde a soberba se instala, obscurece-se essa iluminação, não por aniquilação, mas por suspensão pedagógica — um juízo temporal que interrompe o progresso intelectual e espiritual até que a impureza seja removida”.

Isso torna o estudo não apenas exigente, mas espiritualmente condicionado. Não se trata de mera aquisição de erudição, nem de simples afirmação da inteligibilidade das coisas divinas e humanas, mas de participação ordenada na verdade de Deus por meio de um intellecto humilhado, purificado e retamente disposto. Em um contexto no qual grande parte dos formandos padece de analfabetismo funcional — e no qual os restantes não cultivam necessariamente o hábito diligente de leitura, distinção e interpretação —, a possibilidade de leitores verdadeiramente aptos torna-se extremamente reduzida. Com isso, o labor intelectual torna-se mais denso, mais exigente e exercido em um campo notoriamente hostil.

Tal leitor assemelha-se àquele que, introduzido em vasta floresta, ignora o caminho reto e se entrega a desvios contínuos: — colhe aqui e ali alguns frutos, mas, por não seguir ordem alguma,

¹⁷ Modo de leitura em que o ato de ler não é meramente informativo, mas disciplinado, contínuo e orientado por finalidade formativa, implicando assimilação intelectual e não simples registro de conteúdos.

jamais alcança o termo da jornada. Assim também ocorre com quem, diante da multidão de textos, não observa critério na leitura: — “estuda continuamente, mas nunca chega ao conhecimento” (2 Timóteo 3:7¹⁸). E ainda: — “Assim é aquele que para si ajunta tesouros, e não é rico para com Deus” (Lucas 12:21¹⁹). A isso acresce o risco do leitor desordenado — que se julga intelectual, mas opera de modo anárquico —, à semelhança do “soldado saqueador²⁰” nietzschiano:

“Aquele que invade o texto como tropa de pilhagem, extrai proposições isoladas aqui e ali (frases soltas, aforismos²¹ truncados), sujando e profanando o resto com sua negligência, para então reinscrevê-las em contextos alheios ao nexo orgânico original, violentando a autonomia e integridade textual como quem comete roubo intelectual premeditado e difamação da obra ‘inútil’”.

Tal procedimento não difere, em sua estrutura formal, da imitação da santidade alheia:

“Assim como há aqueles que, lendo e captando a veracidade em obras de homens verdadeiramente santos, empenham-se em reproduzir tal santidade pela assimilação do teor da obra, mas, ao final, confundem-na como se tal santidade fosse própria, também aqui o leitor, ao manusear proposições verdadeiras, supõe tê-las assimilado, quando, na realidade, apenas as retém exteriormente, sem que delas resulte qualquer modificação interior, permanecendo alheio à unidade viva que as constitui”.

Não por falta de labor, mas por ausência de critério, tal leitor trabalha muito e progride pouco, pois sua atividade carece de princípio ordenador que lhe confira unidade e direção. Desse procedimento resulta a ruptura da unidade interna da leitura e da própria meditação, de modo que o autor passa a ser interpretado arbitrariamente, como se sustentasse posições que lhe são inteiramente estranhas. Duplicar o próprio “eu” mediante a projeção imediata das experiências alheias sobre a própria interioridade não constitui elevação alguma do espírito, mas antes um excesso de carga sobre a vida psíquica, que rapidamente se torna insustentável — aquilo que se pode designar, em sentido estritamente conceitual, como “santidade hipotética”. Com efeito, se é impossível que alguém assuma como próprias, em sentido estritamente real, as dores e vicissitudes do outro — como pretende uma moral fundada na compaixão irrestrita — então tal pretensão conduz inevitavelmente a uma

¹⁸ “Que aprendem sempre, e nunca podem chegar ao conhecimento da verdade” (2 Timóteo 3:7 — ACF).

¹⁹ Almeida Corrigida Fiel — ACF.

²⁰ Humano, Demasiado Humano II – Miscelânea de Opiniões e Sentenças – Aforismo 137 [“Plündernde Soldaten”] — VM/OS 137, KSA 2.436, trad. PCS.

²¹ Proposições breves e concentradas que exprimem um juízo ou princípio de ordem geral, frequentemente de natureza filosófica, ética ou especulativa. Diferem de definições sistemáticas por não exigirem demonstração extensa, mas condensarem uma intuição ou síntese de pensamento em forma sentenciosa, apta à memorização e à aplicação reflexiva.

duplicação artificial do sofrimento, na qual o sujeito, sem deixar de ser o que é, tenta simultaneamente carregar o peso do próprio viver e o peso do viver alheio.

Ora, isso é impossível na ordem da realidade: — só sofre, em sentido próprio, quem efetivamente sofre; e o sofrimento, enquanto ato vivido, não se transfere nem se reproduz em duplicação subjetiva integral, mas apenas se contempla analogicamente. Assim, toda tentativa de “duplicar” o sofrimento alheio no próprio sujeito resulta, não em participação real, mas em construção imaginativa, isto é, em uma espécie de sofrimento hipotético. Ora, por paralelismo rigoroso, o mesmo se dá no domínio intelectual. Se não é possível duplicar realmente em si o sofrimento do outro, também não é possível duplicar, como se fosse aquisição própria plena, a estrutura interna da vida intelectual alheia — a qual é sempre fruto de disciplina, formação, ordenação e consagração do intelecto. O conhecimento do outro pode ser recebido, compreendido e contemplado, mas não se transfere como forma viva sem que haja correspondente assimilação e transformação do próprio sujeito cognoscente.

Caso contrário, ter-se-ia apenas a justaposição externa de conteúdos alheios a um intelecto não reformado por eles. Deste modo, a tentativa de assumir como própria a erudição alheia, sem o correspondente processo de ordenação interna, conduz a uma duplicação artificial da vida intelectual, pela qual o sujeito passa a carregar simultaneamente o peso real da própria ignorância e a representação da ordenação intelectual alheia, sem qualquer princípio interno capaz de distinguir entre o que é efetivamente assimilado e o que é apenas contemplado exteriormente no outro. Trata-se, portanto, de uma “intelecção hipotética²²”, análoga àquilo que, em outro registro, poder-se-ia chamar de “santidade hipotética”.

Diversamente, quando o sujeito considera os acontecimentos do outro sem os confundir com os seus próprios, preserva-se uma condição mais íntegra de juízo, na qual o entendimento pode avaliar com maior objetividade o valor dos eventos — como a perda, a dor ou a injúria, bem como a Arte²³, a Filosofia²⁴ ou a Teologia²⁵ — precisamente porque não se encontra imediatamente imerso neles.

²² Forma deficiente de compreensão na qual o sujeito apenas representa mentalmente um conteúdo como se o possuísse, sem efetiva assimilação ou transformação interna; trata-se de posse meramente conceitual ou imaginativa do inteligido.

²³ “Arte”, no sentido clássico (do latim “ars”, correspondente ao grego “τέχνη-téchnē”), designa um hábito operativo do intelecto prático pelo qual se ordena a produção de algo segundo regras racionais. Trata-se, portanto, de uma disposição estável que dirige a ação produtiva conforme princípios de forma, medida e finalidade, distinguindo-se tanto da mera técnica empírica quanto da contemplação teórica, por visar a realização ordenada de uma obra. “O conhecimento que pode ser dito ‘arte’ é aquele constituído por princípios e regras próprias (Isidoro, ‘Etymologiae’), como se observa na escrita; pode também denominar-se ‘arte’ quando se refere ao domínio do verossímil e do opinável; ou ainda quando designa aquilo que se realiza na matéria inanimada mediante operação ordenada, como ocorre na arquitetura”.

²⁴ “A Filosofia é a Arte das artes, e a Disciplina das disciplinas” (Cassiodoro, *Institutiones*; Isidoro, *Etymologiae*).

²⁵ “Teologia”, vocábulo formado a partir do grego “θεός-Theós” (Deus) e “λόγος-lógos” (palavra, discurso, razão), entende-se como a disciplina que trata de Deus e de todas as coisas enquanto ordenadas a Deus, não como mera

Assim, tal distanciamento não implica indiferença, mas constitui antes condição de inteligibilidade, na qual o objeto pode ser apreendido segundo sua própria forma, sem a deformação imposta pela absorção subjetiva imediata. Deste modo, se a razão pudesse ser concebida analogamente a uma espécie de inteligência móvel, que atravessa as experiências humanas sem nelas se dissolver, então sua função não seria a de absorver passivamente o sofrimento alheio, mas a de dele retirar elementos compreensivos, sem perder sua própria unidade. Aqui se insere, insistentemente, a figura do “soldado saqueador”:

“Aquele que percorre territórios de experiência e de pensamento alheios não para neles se fixar, nem para deles fazer sua morada, mas para deles extrair aquilo que pode ser assimilado à própria estrutura racional, deve fazê-lo sob princípio formal de ordenação interna. Não se trata de fusão — o que é impossível —, nem de identificação afetiva, que, quando ocorre, redundando em dissimulação, tampouco de participação indiscriminada no vivido do outro; mas também não se reduz a uma simples operação seletiva e extrínseca do entendimento. Pois, quando falta um princípio interior de unidade e assimilação, o que se recolhe não se integra, mas apenas se acumula”.

Desta forma, o ato verdadeiramente intelectual consiste em recolher o que é inteligível segundo uma forma própria em formação, e rejeitar o que pertence apenas à contingência da experiência alheia, de modo que o conteúdo recebido não permaneça externo ao sujeito, mas seja progressivamente integrado a uma ordem interna de pensamento. Caso contrário, o que se apresenta como leitura e apropriação degenera em mera pilhagem conceitual, na qual há acúmulo de materiais sem constituição intelectualmente correspondente. Todavia, quando tal operação se desordena, o mesmo gesto que deveria ser de discernimento torna-se apropriação fragmentária: — “o ‘soldado’ deixa de ordenar o que recolhe e passa a dispersar o que toca, convertendo o saque em desintegração do todo, e não em ampliação da compreensão”.

A interpretação dos textos, quando desprovida do rigor filológico e da reta consideração da intenção formal do autor, degenera facilmente em corrupção do sentido originário. Com efeito, aquilo que se apresenta como “explicação mais profunda” do que aquela contida na própria intenção autoral não raro não constitui elucidação alguma, mas antes obscurecimento do texto. Nesses casos, o intérprete não explicita o autor, antes o deforma, chegando, por vezes, a preordenar o próprio texto

especulação discursiva, mas como ciência sacra (sacra pagina) elevada à contemplação da verdade divina. Consiste, assim, no exercício do intelecto informado pela fé, mediante o qual o conhecimento das coisas divinas se articula de modo ordenado e unitivo, tendo como fim último a contemplação de Deus e a ordenação do viver humano segundo esse mesmo fim.

interpretado, de modo a fazê-lo adequar-se a esquemas conceituais previamente assumidos, o que equivale a uma corrupção metódica do objeto.

Ao longo do desenvolvimento histórico do saber, observa-se que a ausência de uma disciplina estritamente voltada à leitura do que o texto efetivamente diz — e não do que dele se pretende extrair — comprometeu diversas formas de exegese, sendo que a estabilidade das ciências somente se consolidou quando a “Arte da Leitura” correta, isto é, a filologia²⁶, alcançou sua maturidade metodológica. Fora dessa ordem, causa e efeito são frequentemente rearranjados segundo grupos ideativos estranhos à estrutura interna do objeto interpretado.

Em múltiplos contextos, tal desvio não permanece restrito ao domínio intelectual, mas se expande para formas mais amplas de discurso, nas quais pequenas desonestidades interpretativas produzem alterações substanciais na recepção pública de autores, doutrinas e tradições. Nestes casos, aquilo que deveria consistir na simples apreensão do que é dito converte-se em operação de deslocamento e reconstrução arbitrária do sentido.

Mesmo entre aqueles que se apresentam como intérpretes rigorosos, não é incomum encontrar intervenções deliberadas no material textual, mediante recortes, seleções e deslocamentos que rompem sua unidade interna, de modo que a interpretação passa a servir menos ao texto interpretado do que às intenções prévias do intérprete. A isso se soma, por vezes, uma forma de sofisticação discursiva na qual a distorção do sentido é revestida de aparência de profundidade explicativa, tornando mais difícil a distinção entre verdadeira elucidação e falsificação hermenêutica.

Atribuem-se, por exemplo, a Santo Agostinho proposições deslocadas de seu contexto e intenção; alinha-se João Calvino a escolas e correntes às quais jamais pertenceu; tratam-se pontos doutrinários essenciais como indiferentes, sem jamais se ter penetrado sequer suas distinções elementares. Assim se formam “pastores–mestres”, “docentes” e “filósofos” que, carecendo de princípio formal e de hábito intelectual ordenado, não passam de teologastros e filosofastros²⁷. Em tais casos, tem-se apenas um sujeito que apreende hipoteticamente uma hipotética verdade, cuja veracidade não pode afirmar senão hipoteticamente; tudo se reduz a um pensamento desejoso de estar

²⁶ “Filologia”, do grego “φιλολογία” (philología), de “φίλος–phílos” (amor) e “λόγος–lógos” (palavra, discurso). Designa a disciplina que se dedica ao estudo rigoroso dos textos, especialmente quanto à sua língua, forma, transmissão e sentido. No uso clássico, implica a Arte da boa leitura, isto é, a capacidade de compreender um texto segundo sua expressão própria, respeitando sua estrutura gramatical, seu contexto histórico e a intenção do autor, sem acréscimos arbitrários.

²⁷ “Teologastros” e “filosofastros” são termos de valor pejorativo, formados pelo acréscimo do sufixo “–astro”, que indica inferioridade, deformação ou pretensão sem fundamento. Designam, respectivamente, aqueles que se apresentam como teólogos ou filósofos sem o devido rigor, formação ou hábito intelectual ordenado, limitando-se à repetição superficial de fórmulas, sem verdadeira compreensão nem integração dos princípios que professam.

na verdade e de se apresentar como bem formado intelectualmente pela verdade, quando, na realidade, não o está nem o é, pois apenas a deseja, mas não à sua posse real.

Tal deformação procede do mesmo vício pelo qual muitos vivem de uma espiritualidade meramente livresca, julgando elevar-se à verdade pelo acúmulo de fórmulas e exposições, de frases e jargões amiudados, de perfis e canais sociais arranjos filosoficamente ou teologicamente, de mentiras paradoxalmente verossímeis e fingimentos iterados, sem jamais penetrar a realidade própria da elevada, consagrada, experimentada e sofrível vida intelectual. Tal estado não é outra coisa senão a substituição da realidade pela aparência: — “Não há verdade possuída, mas apenas a apreensão de sua pálida figura exterior; não há intelecção, mas simulação do ato intellectivo, ou, na melhor hipótese, uma mera asserção da inteligibilidade, destituída da correspondente posse efetiva do inteligido pela reta razão”.

Onde falta essa apreensão real, há apenas dissimulação: — “Não há participação na verdade, mas apropriação indevida de suas formas exteriores; não há unidade, mas dispersão; não há transformação, mas mera repetição exterior do já dito, sem conversão do intellecto nem ordenação do juízo”. Em tais casos, verificam-se os obstáculos clássicos ao verdadeiro saber: — “a negligência, que despreza o devido cuidado no estudo, e a imprudência, que ignora a ordem necessária à sua condução”. Onde ambas prevalecem, o resultado não pode ser outro senão a deformação do juízo e a corrupção do ensino.

Tal é o quinhão [condição] daqueles que compreendem, com seriedade, o labor de ordenar e propagar a verdade e o bem no assim chamado meio intelectual brasileiro. Sem dúvida, é árduo, em tais matérias, afirmar qualquer coisa positivamente sem que se tenha atentado previamente a múltiplos aspectos relevantes. Não obstante, não é inútil haver suscitado tais questões, ainda que de modo preliminar e exploratório.

Até aqui, é suficiente o que se expôs acerca da ordem própria da vida intelectual.